

REQUERIMENTO N° 26, DE 2015 – CAS

Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os problemas enfrentados pelos pacientes com doenças renais que necessitam de hemodiálise ou que estejam na fila de espera para transplante de rim. Pretende-se ainda discutir as dificuldades de acesso aos medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a baixa remuneração das sessões de diálise realizadas nos pacientes do SUS e a necessidade de renovar os equipamentos e de melhorar a capacitação dos funcionários dos centros de hemodiálise do País.

Solicita-se a participação dos seguintes expositores:

- Sr. Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde;
- Sra. Carmen Tzanno Branco Martins, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN);
- Sr. Hélio Vida Cassi, Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT);
- Membro do Ministério Público;
- Sr. José Roberto Nogueira, nefrologista em Aracaju.

JUSTIFICAÇÃO

Em 12 de março, comemorou-se o Dia Mundial do Rim. Em tal evento, houve oportunidade de debater sobre vários aspectos referentes à saúde renal. Apesar dos avanços no tratamento das doenças renais, persistem problemas na assistência aos pacientes, sobretudo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Uma das preocupações advém do aumento da prevalência de pessoas com doença renal crônica. Esse fenômeno pode ser atribuído ao envelhecimento da população, ao aumento dos casos de diabetes melito e de hipertensão arterial sistêmica – e à má qualidade da assistência prestada nas Unidades Básicas de Saúde aos portadores de tais enfermidades – e a certos aspectos comportamentais da população como o sedentarismo e a dieta de má qualidade.

Assim, de um lado, o quadro é preocupante, pois o aumento dos casos de insuficiência renal crônica foi muito superior à ampliação da oferta de vagas nos serviços de hemodiálise no sistema público do País.

De outro lado, existem queixas a respeito da baixa remuneração dos procedimentos realizados em pacientes do SUS. De acordo com prestadores de serviço de terapia renal, o valor pago pela sessão de hemodiálise é bastante inferior ao custo atinente à manutenção dos equipamentos e ao pagamento de profissionais. Diante dessa situação, algumas clínicas estão deixando de atender aos pacientes do SUS, como forma de minimizar os prejuízos. Ademais, a defasagem da tabela de remuneração por procedimentos do SUS é agravada por circunstâncias tais como a valorização do dólar (em virtude de muitos insumos e equipamentos serem importados) e o aumento da taxa de inflação no Brasil.

No que tange aos transplantes renais, apesar de o Brasil possuir robusto programa público de transplantes de órgãos, observam-se dificuldades para atender a todos os pacientes que necessitam do procedimento. Segundo dados publicados no Registro Brasileiro de Transplantes (RBT), da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO), em março de 2015, havia cerca de dezoito mil pacientes ativos, em lista de espera, aguardando um enxerto renal. Ainda de acordo com a publicação da ABTO, existe a expectativa de, em 2015, haver queda do número absoluto de transplantes renais em relação ao ano anterior, fenômeno que não ocorre desde 2006.

Assim, diante da relevância do assunto, formulamos o presente requerimento de audiência pública a ser realizada no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala da Comissão, 17 de junho de 2015.

Senador EDUARDO AMORIM